



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 1.240, DE 2024 **(Do Sr. Murillo Gouvea)**

Dispõe sobre a transparência na gestão e na aplicação dos recursos arrecadados pelos fundos e taxas de telecomunicações, e dá outras providências.

DESPACHO:
ÀS COMISSÕES DE
COMUNICAÇÃO E
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)

APRECIÇÃO:
Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

PROJETO DE LEI Nº , DE 2024

(Do Sr. MURILLO GOUVEA)

Dispõe sobre a transparência na gestão e na aplicação dos recursos arrecadados pelos fundos e taxas de telecomunicações, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei estabelece regras para garantir a transparência e a publicidade na gestão e aplicação dos recursos arrecadados pelo Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST), pelo Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (FUNTTEL) e pelo Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (FISTEL).

Art. 2º É obrigatória a publicação em sítio eletrônico oficial, e atualizadas anualmente, as seguintes informações referentes aos fundos de que trata o art. 1º:

- I - o montante total arrecadado;
- II - a descrição detalhada das destinações dos recursos arrecadados;
- III – os projetos financiados, com detalhamento de valores, objetivos, cronogramas, e situação atual;
- IV - relatórios de eventuais auditorias realizadas; e
- V - métricas de avaliação de desempenho dos projetos financiados.



Art. 3º Fica instituído, no âmbito do órgão regulador das telecomunicações, Comitê de Transparência de Telecomunicações, composto por representantes do governo, da sociedade civil e do setor de telecomunicações, com o objetivo de:

I - monitorar a aplicação dos recursos dos fundos de que trata o art. 1º;

II - avaliar a eficácia dos projetos financiados;

III - propor melhorias na gestão dos recursos; e

IV - elaborar relatório anual de atividades, a ser disponibilizado publicamente.

Art. 4º A inobservância das disposições contidas nesta Lei implicará sanções administrativas, civis e penais, conforme previsto em legislação específica, sem prejuízo de outras medidas de caráter sancionatório aplicáveis.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A elaboração de um projeto de lei que vise a maior transparência na aplicabilidade dos recursos arrecadados pelos fundos de telecomunicações, quais sejam, o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST), o Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (FUNTTEL) e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (FISTEL), é iniciativa necessária para auferir melhor transparência e *accountability* do uso dos recursos públicos do setor.

A constante evolução tecnológica e a expansão da infraestrutura de telecomunicações são fundamentais para o desenvolvimento socioeconômico do Brasil. O acesso à informação e a disponibilidade de serviços de comunicação de qualidade são condições indispensáveis para a educação, a saúde, o comércio, entre outros setores vitais para a nação. Nesse



contexto, os fundos, suas taxas e contribuições decorrentes da exploração dos serviços de telecomunicações desempenham um papel crucial ao financiar projetos que visam à expansão e melhoria da qualidade da comunicação em todo o território nacional.

Contudo, a eficácia desses fundos em cumprir seus objetivos tem sido questionada, em grande parte devido à falta de transparência na gestão e aplicação dos recursos arrecadados. A ausência de informações detalhadas e acessíveis sobre como os recursos são utilizados compromete não apenas a confiança da população, mas também a capacidade de avaliação e fiscalização por parte de órgãos competentes e da sociedade civil. A transparência é um princípio fundamental da administração pública, essencial para a prevenção da corrupção, para a promoção da eficiência e eficácia governamental e para o fortalecimento da democracia.

Neste sentido, o presente projeto de lei visa estabelecer mecanismos claros e efetivos para garantir a transparência na gestão e aplicabilidade dos recursos arrecadados pelos fundos de telecomunicações. Através da publicação anual de dados detalhados sobre a arrecadação e a aplicação desses recursos, bem como dos projetos financiados e suas respectivas execuções, busca-se promover uma maior prestação de contas das entidades responsáveis e possibilitar uma fiscalização mais efetiva por parte da sociedade.

Além disso, a criação do Comitê de Transparência de Telecomunicações representa um avanço significativo na gestão desses recursos, ao envolver representantes do governo, da sociedade civil e do setor de telecomunicações na monitoração, avaliação e proposição de melhorias. Este modelo de governança colaborativa é essencial para assegurar que as decisões tomadas atendam aos interesses públicos e contribuam efetivamente para o desenvolvimento do setor.

É importante ressaltar que a transparência na gestão dos recursos de telecomunicações não beneficia apenas a população, por meio da melhoria dos serviços e da infraestrutura disponíveis, mas também o próprio setor de telecomunicações como um todo, ao criar ambiente mais justo e



competitivo, além de atrair mais investimentos pela demonstração de integridade e eficácia na aplicação dos recursos.

Portanto, solicita-se o apoio dos nobres pares para a APROVAÇÃO deste projeto de lei, que representa um avanço significativo na gestão dos recursos de telecomunicações e no fortalecimento da transparência, da prestação de contas e da democracia no Brasil.

Sala das Sessões, em de de 2024.

Deputado MURILLO GOUVEA

